

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Departamento de História

O SINTE-RNE O FORTALECIMENTO DO PT NO

RIO GRANDE DO NORTE (1986 – 1996)

Josehane Gomes Beserra

Natal (RN)

2006

JOSEHANE GOMES BESERRA

O SINTE-RN E O FORTALECIMENTO DO PT NO

RIO GRANDE DO NORTE (1986 – 1996)

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa Histórica II, para fins de conclusão do curso de Bacharelado e Licenciatura em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, orientada pela Professora Dr. Maria da Conceição Fraga.

NATAL (RN)

2006

BANCA EXAMINADORA**JOSEHANE GOMES BESERRA****O SINTE-RN E O FORTALECIMENTO DO PT NO
RIO GRANDE DO NORTE (1986 – 1996)**

Em, _____ / _____ / _____.

Professora Dr. Maria da Conceição Fraga (Professora Orientadora)

Professora (TITULAÇÃO): (NOME COMPLETO) (CONVIDADA A)

Professora (TITULAÇÃO): (NOME COMPLETO) (CONVIDADA A)**NATAL (RN)****2006**

AGRADECIMENTOS

A Deus pelas oportunidades que colocou em meu caminho.

Aos meus pais pela educação que me proporcionaram e pela ajuda nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo pelo apoio em todos estes anos de luta, os quais foram extremamente difíceis.

A professora Maria da Conceição Fraga por ter aceitado orientar-me.

A todos os amigos que foram de suma importância para meu crescimento neste curso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 O RN PÓS-DITADURA MILITAR	09
1.1 Antes da abertura, as primeiras lutas.....	09
1.2 Breve análise do governo Geraldo Melo.....	14
1.3 Novos grupos no cenário grevista nacional.....	17
1.4 As greves de 1985; 1986 e 1988.....	20
2 A FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DOS PROFESSORES NO RN.....	22
2.1 As lutas sindicais antes do SINTE.....	22
2.2 A formação do SINTE – RN.....	27
3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO RIO GRANDE DO NORTE.....	30
3.1 Formação do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte	30
3.2 Fortalecimento do PT no Rio Grande do Norte.....	36
3.3 Anos 90: o crescimento continua.....	38
CONCLUSÃO.....	41
BIBLIOGRAFIA.....	42

INTRODUÇÃO

No ano de 1986, o Plano Cruzado, criado no governo José Sarney, significou uma tentativa para parar o processo crescente da inflação. No entanto, o insucesso do plano econômico acabou trazendo frustração para uma população ansiosa por um país de futuro mais tranqüilo. Se a ditadura representou durante vinte e um anos o retrocesso, as lutas sindicalistas do final da década de 70 representaram uma oportunidade de mudança.

No estado do Rio Grande do Norte não foi diferente. Os movimentos sindicais passaram a desempenhar uma importante função dentro do processo político estadual e em especial, a categoria dos professores que apoiaram fortemente a campanha para a eleição dos primeiros representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Vereadores de Natal, em “um movimento pelo cumprimento do acordo salarial firmado com o governo do Estado no ano anterior [...] e pela reelaboração (com a participação de representantes da categoria) do Estatuto do Magistério”.¹

Em 1985, uma ação grevista foi organizada na ocasião em que o governador José Agripino deixava seu cargo para se candidatar ao Senado. Por causa disso e pela repercussão que o movimento poderia dar em épocas de campanha política, a categoria dos professores obtiveram um êxito considerável em seus objetivos.

Como não poderia ser diferente o movimento de 1985 acabou ganhando o apoio do grupo de oposição, os Alves, que lideravam a campanha em favor da candidatura de Geraldo Melo ao governo do Rio Grande do Norte, devido à presença de professores ligados ao partido da liderança da APRN, mas também pelo interesse dos Alves em promover o movimento como

¹ AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 83.

elemento de desgaste de seu adversário. Diante da conjuntura política da época, as reivindicações dos professores foram atendidas, pois se tratava de um ano eleitoral e extremamente importante para o senhor José Agripino Maia.

O que os professores não esperavam é que o governador Geraldo Melo, depois de eleito, tivesse uma conduta tão autoritária pelo fato de que na greve de 1985, o mesmo teria ido até assembléias da categoria prestar solidariedade a categoria dos educadores.

A greve de 1986 representou para a categoria uma oportunidade de repensar alguns direcionamentos e se organizar inclusive para o fortalecimento e construção de um sindicato e para a eleição de pessoas que estivessem ligados à categoria dos professores.

Já a partir de 1988 os professores conseguiram eleger o seu primeiro representante no poder legislativo municipal, foi o vereador Fernando Mineiro e a partir daí, outros nomes surgiram como o de Júnior Souto e Fátima Bezerra.

O referido trabalho tem como problemática retratar o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte durante a segunda metade dos anos 1980 até a primeira metade dos anos 1990. A questão principal a ser respondida é tentar por meio deste, verificar se há uma ligação entre o movimento sindical dos educadores, seus órgãos representativos e o crescimento do PT. Levando-se em conta os primeiros anos de período democrático após a ditadura militar e as greves dos professores que se desenrolaram neste período, contando estas com a liderança de nomes que passaram a representar o quadro do Partido dos Trabalhadores, acredito que possa existir uma ligação; como se fosse a resposta de uma categoria de trabalhadores específica a forças políticas tradicionais. Para isso, a pesquisa se baseia em uma bibliografia voltada para o assunto, como por exemplo, os livros Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990), de Alessandro A. de Azevedo e Partidos e sindicatos, de Leôncio Martins Rodrigues. Também servirá como referência para o estudo, a

avaliação de jornais que cobriram o cenário político dentro do período de estudo proposto, bem como os arquivos do SINTE. Portanto, as questões principais do trabalho são: De onde viria à força do sindicalismo ligado à educação do Rio Grande do Norte? Até que ponto isso foi uma consequência do movimento sindical e até que ponto isso foi benéfico ou maléfico para o próprio PT, que crescia de forma muito rápida.

Em um contexto historiográfico, este trabalho pode ser inserido dentro da História Política. Mas não como escreviam os positivistas, baseados em grandes acontecimentos e nas grandes personagens que a ele estavam atreladas. Aqui, essa História Política está em interface com a História Social, abordando os grupos e classes sociais e suas relações conflituosas, a partir da hierarquização social, das ideologias e do movimento sindical. No uso trivial, vago e às vezes um tanto pejorativo, política, como substantivo ou adjetivo, compreende as ações, comportamentos, intuítos, manobras, entendimentos e desentendimentos dos homens (os políticos) para conquistar o poder, ou uma parcela dele, ou um lugar nele: eleições, campanhas eleitorais, comícios, lutas de partidos, etc.

O trabalho desenvolvido terá como objetivo geral, analisar a política do Rio Grande do Norte entre os anos de 1986 a 1996, através do movimento sindical dos professores, tentando verificar uma ligação entre o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e a atuação desta categoria, procurando compreender até que ponto os movimentos grevistas de 1986 e 1988 foram cruciais para a formação de lideranças ditas de esquerda, principalmente em Natal.

No primeiro capítulo será feita uma análise do período de transição da Ditadura Militar para o regime livre, tanto a nível nacional como local, bem como observações acerca do governo Geraldo Melo e das forças sindicais que se formaram no Brasil. Neste capítulo também receberão

destaque as greves ocorridas nos anos 80 no Rio Grande do Norte e que influenciaram profundamente a política local.

O segundo capítulo apresentará um breve panorama da organização sindical dos professores antes do Sindicato dos Educadores do Rio Grande do Norte (SINTE_RN), dando destaque para o funcionamento da APRN e a sua transição para o SINTE.

O terceiro e último capítulo falam exatamente sobre esse crescimento sindical como resultante de personagens políticos que surgiram e ajudaram a recontar a história política do Rio Grande do Norte e também sobre a formação do Partido dos Trabalhadores no RN e a participação de pessoas ligadas ao sindicalismo dos professores.

1 O RN PÓS-DITADURA MILITAR

1.1 Antes da abertura, as primeiras lutas.

Apesar do trabalho em questão propor, inicialmente, uma análise do cenário político no Rio Grande do Norte e o surgimento, bem como fortalecimento das forças sindicais, acredito ser interessante uma rápida abordagem acerca das lutas sindicais que se desenrolaram no fim da década de 1970, proporcionando inclusive a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), que será objeto de estudo deste trabalho monográfico, em um contexto estadual norte-rio-grandense.

No ano de 1978 deram início as greves que entraram para a história Brasil como fundamentais no processo lento e gradual, para a redemocratização do sistema político brasileiro. Essas greves refletiam uma significativa mudança na estrutura sindical brasileira da época. Alguns sindicalistas desempenharam um papel importante na luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores, ao contrário de outros denominados de peleguistas².

Em 12 de maio de 1978, em plena vigência do Ato Institucional Número 5 (AI-5), considerado o mais duro do governo militar, que, entre outras coisas acabou com as garantias do habeas-corpus e aumentou a repressão militar e policial; os metalúrgicos de várias fábricas do ABC entraram em greve, sendo que a maior paralisação ocorreu na Scania (planta de São Bernardo do Campo da montadora sueca), dando início a um novo ciclo histórico das lutas sindicais no país, que se irradiou para outras categorias e outros Estados brasileiros em pouco tempo.³

A greve de 1978 contou com a paralisação de cerca de 160 mil trabalhadores e serviu de inspiração para o movimento que se desenrolou no seguinte, contando com mais de três milhões

² O sindicalismo peleguista recebia essa denominação pois era acusado de colaborar com os patrões e o governo e era fiel ao regime militar.

³ Fonte: http://www.smabc.org.br/mostra_materia.asp?id=2

de operários de braços cruzados.⁴ A partir da informação anterior podemos deduzir o quanto foi rápido o crescimento de adesão à luta trabalhadora. Talvez tal fenômeno tenha se dado pelo caráter social e político tomado, ainda que de maneira até certo ponto inconsciente, a partir da organização dos trabalhadores do ABC.

Em março de 1979, em meio à posse do presidente João Baptista Figueiredo, uma nova greve operária explodiu no ABC paulista, mais ampla e mais organizada que a greve do ano anterior [...].

[...] Apesar de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, declarar que os trabalhadores não estavam fazendo uma greve política contra o governo, e sim uma greve econômica por reajustes salariais, o movimento acabou sendo visto pelo governo como uma afronta ao regime e à sua política econômica.⁵

Outro fator que auxiliou no fortalecimento do movimento grevista de 1979 foi à vitória parcial conseguida com o movimento de 1978, fazendo com que outras regiões do país passassem a ter nos sindicalistas do ABC um exemplo de luta a ser seguido. Foi uma maneira encontrada pelos trabalhadores de serem escutados já que não havia uma organização política capaz de dar essa liberdade aos que compunham a massa social. No entanto, é importante também observar que a greve de 1979 resultou na morte de um operário, Santo Dias da Silva, que morreu em meio às ações grevistas. Tal acontecimento teria por um lado abalado o movimento por se tratar da perda de um companheiro, mas por outro, até fortalecido, pois o movimento ganhou contornos emocionais a partir deste acontecimento.

A ausência de canais político-governamentais e institucional empresariais de negociação tornava a greve o único instrumento disponível, apesar de seus riscos, para que os dirigentes sindicais readquirissem status de representantes dos trabalhadores. Esse fato,

⁴ SILVA, Francisco de Assis. *História Século XX: a caminho do terceiro milênio*. São Paulo: Editora Moderna, 2004, p. 228.

⁵ NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro; 1964 – 1985*. São Paulo: Atual, 1998, p. 91.

somado à eficácia dos primeiros embates, levou à consolidação da greve como a estratégia privilegiada de ação sindical a partir de 1979.⁶

Apesar das greves que sucederam a de 1979 não terem tido a mesma força, devido às ações praticadas pelo governo, como por exemplo, o enquadramento dos dirigentes do movimento na Lei de Segurança Nacional, demissões em massa e desconto salarial referente aos dias paralisados, essas duas greves do final da década de 1970 foram importantes porque conseguiram mostrar a força popular diante de uma situação política e econômica caótica.

[...] dom Paulo Evaristo Arns sintetizou em palavras os sentimentos da oposição ao regime, tal como ocorrera no culto ecumênico a Wladimir Erzog: 'Eles nos exploram, nós reivindicamos; eles roubam nossos salários, nós fazemos greve; eles nos silenciam, nós ocupamos as ruas; eles nos assassinam, nós irrompemos em multidão'. Ao questionar os limites da abertura oficial do regime militar, foram precisamente as multidões que trouxeram a questão democrática dos palácios e gabinetes do poder para o meio da rua.⁷

Mesmo tendo existido um decréscimo no movimento grevista a partir de 1980, a articulação das forças sindicais produziu um fruto, um novo partido que naquele momento, com a extinção do bipartidarismo e com a anistia aos exilados, propiciou a um agrupamento de idéias de grupos democráticos, aliados aos trabalhadores, que chegavam a viver até um certo período de inspiração democrática, inflada com as participações nas greves do ABC paulista. Assim, nasceu em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT).

O ano de 1980 foi marcado, assim, pela intensa movimentação das numerosas tendências que resultaram numa febre de reuniões de caráter regional e nacional. A essa altura, no plano partidário, iam adiantadas as articulações para a formação do PT. As propostas a

⁶ NORONHA, Eduardo, JR., Armando Boito (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 105.

⁷ NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro; 1964 – 1985*. São Paulo: Atual, 1998, p. 91.

favor do novo partido vinham em três facções: 1. do grupo de sindicalistas ligados às oposições sindicais e à Igreja Católica; 2. das facções mais radicais, de formação marxista; 3. dos sindicalistas liderados por Lula.⁸

A primeira metade da década de 1980 foi marcada por mudanças que notadamente levariam o regime militar brasileiro ao seu fim. O presidente João Baptista Figueiredo utilizou a estratégia de controlar sem parecer que estava controlando, garantindo uma “redemocratização” até certo ponto calma, claro que com o objetivo principal de assegurar total liberdade e proteção aos militares, de forma que estes não sofressem represálias pelo período de autoritarismo e violência. O país foi às ruas para exigir eleições diretas para presidente da república já nas eleições de 1985, embora essa exigência não tenha sido atendida e por eleição indireta foi eleito presidente da República o candidato Tancredo Neves que venceu o pleito sobre o candidato Paulo Maluf. Na ocasião, o então candidato Tancredo Neves teria dado a seguinte declaração:

A transição democrática é inevitável. Houve um exaurimento, um esgotamento do processo revolucionário, ele já não tem mensagem, está manifestamente falido. Nesses anos, a revolução veio de decadência em decadência, degradação em degradação, até que atingiu um ponto em que encontra a sua tradução, a sua expressão, na figura de Maluf. Quando os processos sociais atingem esse estágio, o que acontece é a sua substituição.⁹

A Campanha Diretas-Já e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral deram aos brasileiros a expectativa de novos tempos, com a superação dos anos de repressão. Por isso, o governo que se iniciava foi batizado de Nova República, em alusão à idéia de que iria construir um novo Brasil.

⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins, JR., Armando Boito (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 25-26.

⁹ *Retrato do Brasil*. São Paulo: Política Editora, 1986, Depoimentos, vol. 4, p. 27.

1.2 Breve análise do governo Geraldo Melo

O Rio Grande do Norte não se diferenciava do restante do país quando o assunto era esperança e mudança. O clima das eleições para presidente em 1985 e a expectativa de um líder civil após mais de vinte anos de ditadura militar, deixava o brasileiro de modo geral, extremamente eufórico com a possibilidade de mudanças nos mais variados setores da sociedade. Do ponto de vista econômico, o governo Sarney foi bastante conturbado. Herdeiro dos problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento econômico estabelecido durante o regime militar e agravado pelas sucessivas crises internacionais, vários planos foram elaborados na tentativa de pelo menos paralisar o crescimento inflacionário. Para isso algumas mudanças foram feitas: o cruzeiro foi substituído pelo cruzado, com corte de três zeros; todos os preços foram congelados; os salários, também congelados, seriam corrigidos anualmente, ou cada vez que a inflação atingisse 20% (gatilho salarial); foi extinta a correção monetária e foi criado o seguro-desemprego.

O Plano Cruzado criado no governo José Sarney, significou uma tentativa audaciosa de parar o processo crescente da inflação. No entanto, o insucesso da empreitada econômica acabou representando para a população uma espécie de “balde de água fria”, jogado sobre as esperanças de um país que, logo após um regime ditatorial, buscava novos caminhos para sua economia e política. Os vinte e um anos de Ditadura Militar deixaram marcas profundas no povo; principalmente no que diz respeito ao medo de uma época de perseguições e nenhuma liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, as lutas sindicais que se desenharam no fim da década de 1970 e início da década de 1980, parecia inspirar os trabalhadores de toda a nação a não se calarem diante de tudo aquilo que parecia abusivo e desrespeitoso em se tratando de política trabalhista e salarial.

O cenário político eleitoral para a eleição de governador começou a ser desenhado já em 1985 quando na época o movimento grevista dos professores no governo de José Agripino Maia, ganhou o apoio do grupo de oposição, os Alves, que lideravam a campanha em favor da candidatura de Geraldo Melo ao governo do Rio Grande do Norte.

[...] em parte, devido à presença de professores ligados ao partido da liderança da APRN, mas também pelo interesse dos Alves em promover o movimento como elemento de desgaste de seu adversário. De maneira que na assembleia que deflagrou a greve estava presente o então candidato a governador do PMDB, Geraldo Melo". Diante da conjuntura política da época, as reivindicações dos professores foram atendidas, pois se tratava de um ano eleitoral e extremamente importante para o senhor José Agripino Maia.¹⁰

A disputa para o governo do estado se deu entre o empresário Geraldo Melo já citado, apoiado pela família Alves e o deputado João Faustino, que contou com o apoio da família Maia. João Faustino representava o poder a frente do Rio Grande Norte já há doze anos, apesar de ser indicado por alguns como aquele que teria mostrado uma inovadora plataforma de governo. O outro candidato, Geraldo Melo aparecia como o candidato da oposição, que por sua vez havia vencido a eleição municipal da capital no ano anterior com Garibaldi Alves Filho. O que se viu naquele momento foi uma acirrada disputa em que saiu vitorioso o candidato da oposição, pelo menos naquele período.

A apuração dos votos, que não era eletrônica, durou mais de uma semana, com lances emocionantes, onde os dois candidatos se alternavam, como prováveis vencedores, numa disputa tão acirrada, que o candidato vitorioso, Geraldo Melo, teve uma maioria de apenas um por cento sobre o outro candidato, deputado João Faustino.¹¹

¹⁰ AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 83.

¹¹ MORAIS, Marcus César Cavalcanti de. *Retrato narrado da cidade do Natal*. Natal: Sergraf, 1999, p. 118.

Exatamente pelo fato de Geraldo Melo ter apoiado a paralisação dos professores em 1985, não seria possível imaginar que um ano depois, agora já em seu governo, as atitudes fossem opostas. Durante a eleição, Geraldo Melo baseou seu discurso nas promessas de sucesso do Plano Cruzado do governo José Sarney e, com o seu slogan político, “Novos Ventos, Novos Tempos”, revestiu-se das promessas de ser um governante aberto ao diálogo com os grupos de trabalhadores e voltado para o processo de desenvolvimento, para o moderno.

O período em que se seguiu não se caracterizou por ser de ‘novos ventos’ e ‘novos tempos’, como pregava o então candidato do PMDB, mas de ‘ventanias’ e ‘tempestades’, conforme anedotário corrente entre os militantes do movimento sindical à época, pois a marca deixada pelo primeiro governo do PMDB foi à truculência, a repressão e o autoritarismo com que se relacionou com os movimentos reivindicatórios e greves que eclodiram na época, o que não distinguiu dos governos anteriores do grupo Maia”.¹²

O que se seguiu, na administração de Geraldo Melo, à frente do governo do estado do Rio Grande do Norte foi uma atuação voltada para as questões diretamente ligadas ao desenvolvimento do estado.

Entre as realizações do seu governo asfaltou quilômetros de rodovias estaduais, preocupado com o turismo no litoral norte e ao mesmo tempo, querendo desafogar o trânsito entre a zona norte e a parte leste de Natal, programou a construção da Br-101 do trecho compreendido entre Natal e Touros, cujo início é a ponte de Igapó. O projeto não chegou a se concretizar, mas teve a vantagem da construção da duplicação da ponte de Igapó, [...] facilitando também o fluxo turístico para as praias da Redinha, Genipabu, Pitangui, Barra de Maxaranguape e outras do litoral norte. Promoveu iluminação e embelezamento de vias. Em 1988, assinou a criação do município de Serra do Mel.¹³

¹² AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 82.

¹³ MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934-1990)*. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2001, p. 117.

Quando lemos a citação acima de maneira descontextualizada, temos a impressão que tais ações correspondem as de um homem que pensaria de forma moderna e progressista. No entanto, é importante ressaltarmos, que o governador Geraldo Melo teve durante seu governo, atitudes revanchistas em vários setores da administração¹⁴. Essas atitudes ficam evidentes se analisarmos a reação do comandante do estado diante das greves dos professores, grupo este que recebeu o apoio do mesmo quando, na administração de José Agripino, iniciou uma luta por melhores condições de trabalho e salário.¹⁵ Não demorou muito e começou a se criar uma forte oposição ao governador de maneira que novas forças políticas começaram a surgir, impulsionadas pela luta das categorias de trabalhadores, principalmente de educação. No “país da redemocratização”, atitudes coronelistas passaram a ser totalmente repudiadas. “Nas eleições para substituição de Geraldo Melo em 1990, José Agripino Maia elegeu-se para um segundo mandato, tomando posse juntamente com o vice, o médico Vivaldo Costa, de Caicó, em janeiro de 1991, governando até 1994”¹⁶

1.3 Novos grupos no cenário grevista nacional

O anteprojeto do Ministério do Trabalho de 1985 apresenta-se da seguinte maneira em relação à lei de greve: “Art. 12. *Considera-se legítimo exercício do direito de greve a paralisação coletiva, temporária e pacífica da prestação de serviços, em razão de impasse registrado nas*

¹⁴ SOUZA, Itamar de. *O turismo no RN depois da Via Costeira*. Diário de Natal, nº 12, p. 318.

¹⁵ A greve de 1985 ajudou na conquista de melhores condições salariais pelos professores estaduais. No entanto, tais conquistas foram declaradas ilegais pelo governador Geraldo Melo, que por sua vez enfrentou outras greves consideradas mais organizadas e fortes. Em outro momento será analisado como se deram essas ações grevistas em 1986 e 1988 quais as conseqüências para o cenário político no Rio Grande do Norte.

¹⁶ MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934-1990)*. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2001, p. 117.

negociações coletivas”¹⁷. Essa definição acaba sendo interessante de ser analisada, pois em um contexto político logo após o fim da ditadura militar diversos foram os governantes que se colocaram de maneira intransigente diante das reivindicações de grupos de trabalhadores, como se não tivessem conseguido desvencilhar-se das ações de combate a movimentos que na época do regime ditatorial “oferecia ameaça” a ordem pública.

O que se viu a partir de 1985 foi uma diversificação das categorias grevistas, tanto no setor público quanto no setor privado e, nos anos que se seguiram, foi possível observar uma manutenção e em 1989, um crescimento significativo, ficando este ano marcado como o ápice dos movimentos grevistas diversificados.

A evolução do conflito trabalhista seguiu de perto as etapas da transição política. Cada passo em direção à democracia servia para liberar a expressão de demandas de categorias tradicionalmente ativa ou para introduzir novos segmentos no conflito, e nesse sentido as greves tiveram forte conteúdo reativo. Os anos de 1983 e 1985 – quando foram empossados os primeiros governadores eleitos pelo voto direto e o primeiro governo civil – evidenciaram isso, bem como as reações opostas dos trabalhadores em 1986 e 1987 frente à esperança do Plano Cruzado e o seu fracasso.¹⁸

De alguma maneira aquele período de greves privadas e públicas parecia estar revestida, ainda que de maneira inconsciente, de um espírito de luta contra forças autoritárias, talvez ainda ligadas ou porque não dizer, mal acostumadas, com os veículos de combate a atitudes que pareciam ser rebeldes. Lembro bem de algumas passeatas na greve dos professores de 1988 no Rio Grande do Norte, onde mesmo pequena, não consigo esquecer das músicas cantadas. Entre tantas a que mais ficou marcada em minha memória foi “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré. Uma música feita e tocada em plena força do Ato Institucional nº 5 (AI-5),

¹⁷ VIANNA, José de Segadas. *Greve*. Rio de Janeiro: Renovar, 1986, p. 105.

¹⁸ NORONHA, Eduardo, JR., Armando Boito (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 122.

ainda em 1988, representava um hino de luta. Acredito que tal ligação tenha ocorrido pelo fato de que o próprio povo ainda não tinha bem definido que novos rumos tomar dentro daquela sua participação social. A ditadura já não mais existia, mas seu espírito ainda pairava no ar.

O crescimento da participação dos trabalhadores nos movimentos grevistas que se deu de forma mais ampla na década de 1980, principalmente na segunda metade, trouxe uma característica que merece ser abordada neste trabalho. A multiplicação de sindicatos se tornou algo freqüente na década citada acima e isso nada mais é do que o fruto da falta de uma política de classe organizada. Evidentemente que participar de um sindicato é um ato político, mas o fato é que os participantes em sua grande maioria passaram a se preocupar em fazer política de maneira inadequada.

[...] Não houve e nem há uma discussão ampla das propostas políticas em debate com os trabalhadores, e sim uma divisão política entre dirigentes que, favorecidos pela unicidade sindical garantida por lei, colocam como fato consumado tal divisão e obrigam os trabalhadores sindicalizados a escolher entre as diferentes propostas sem poder se pronunciar sobre uma estrutura unitária ou pluralista para o sindicalismo.¹⁹

Não foi difícil então encontrar quem dissesse que por trás das lutas sindicais e de seus representantes o que havia na verdade era um interesse de mera projeção política. Este foi um dos argumentos utilizados pelo governador Geraldo Melo na época, como forma de retirar do movimento dos professores, sua importância até mesmo social.

¹⁹ SANDRI, Adriano. *Sindicalismo em tempo de qualidade total*. Belo Horizonte: Sindieletro, 1994, p. 47.

1.4 As greves de 1985; 1986 e 1988

Em 1985, ocorreu uma greve dos professores durante o período em que José Agripino mantinha um poder de decisão no interior do governo do estado do Rio Grande do Norte, pois se encontrava desincompatibilizado do cargo de governador em virtude de sua candidatura ao Senado federal. Por causa da candidatura de José Agripino ao cargo de senador, a liderança do movimento grevista instruiu os professores a se organizarem em protesto durante os comícios do mesmo.

[...] durante três dias os professores compareceram organizadamente às cidades do interior onde o ex-governador estava fazendo comícios. Essa disposição de luta mais a conjuntura pré-eleitoral, que fazia com que qualquer ato contra o governo ganhasse repercussão na imprensa 'oposicionista', fez com que o governo fosse obrigado a atender às reivindicações dos professores".²⁰

A greve de 1986 representou muito mais do que um simples movimento de trabalhadores, no caso, os da educação, em busca de direitos trabalhistas e salariais. Naquele momento, era a representação de uma categoria que passou a ser enxergada como o principal grupo de oposição às forças do governo do estado. Além dos contornos emocionais que o movimento tomou, pois a atitude de Geraldo Melo em considerar inconstitucionais as conquistas adquiridas no governo anterior, representou naquele momento, uma traição contra a categoria que teria concedido apoio significativo durante as eleições, em virtude do apoio que ele havia dado na greve de 1985. Mas, além dos contornos emocionais, também existiu um caráter político por trás desse movimento. "Com efeito, o movimento dos professores e sua entidade, a APRN, bastante influenciados por

²⁰ Lopez Junior apud AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 82

setores ligados aos sindicalismos cutista e ao PT, vão se firmando com referência político-sindical [...]”²¹

Sem conquistas na greve de 1986, a situação foi ficando insuportável e com isso se desenhou um cenário propício para o movimento de 1988. Essa greve dos professores de 1988 foi marcada por uma intensa mobilização de educadores de várias regiões do estado, totalmente descontentes com a política autoritária desenvolvida pelo governador, que se fechava ao diálogo. Depois de várias assembleias, acampamentos em frente ao antigo Palácio Potengi e passeatas, o movimento grevista radicalizou fazendo o enterro do governador. De maneira extremamente irreverente, os educadores saíram às ruas com velas, caixão, vestindo preto e com um boneco representando o senhor Geraldo Melo. Paródias foram criadas e os gritos de ordem eram pronunciados de maneira que não tinha como não chamar a atenção de todos os que trabalhavam ou transitavam pelo centro da cidade. A chegada no Palácio Potengi sempre era marcada pelo paredão feito pela polícia militar, pois o governador dizia se sentir ameaçado pelos educadores, com uma possível invasão. Na verdade, nos discursos dos líderes não existiam palavras que incitasse ao vandalismo. A irreverência era a principal arma dos professores. Após esse episódio a greve se enfraqueceu e chegou ao fim e o governador resolveu se posicionar repudiando o movimento, dizendo tratar-se de uma manifestação meramente política, onde os líderes do sindicato dos professores estavam querendo apenas projeção.

Não demorou muito e já no pleito municipal de 1988 a resposta foi dada através da eleição do primeiro representante do Partido dos Trabalhadores à Câmara de Vereadores de Natal, Fernando Mineiro. Na ocasião, a candidatura de Fernando Mineiro foi definida por Geraldo Melo com uma evidência de “que a greve [era] ‘meramente política’ e feita por uma

²¹ AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 84.

diretoria (da APRN) que não [tinha] representatividade no conjunto da categoria”²². Mas o fato é que o representante da classe dos professores foi eleito e o próprio governador passou a perceber de forma diferente esse efeito, tentando deslegitimar o movimento, atribuindo-lhe um caráter meramente político.

²² Lopes Júnior apud AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 85.

2. A FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DOS PROFESSORES NO RN.

2.1 As lutas sindicais antes do SINTE.

Uma das formas mais comuns hoje em dia para os trabalhadores fazerem valer seus direitos é através da representação sindical. Os sindicatos foram criados com o propósito de unificar as forças de seus associados para que a luta por melhores salários e condições de trabalho ocorresse de forma conjunta e com a aprovação de todos.

Em seu livro o que é sindicalismo, Ricardo Antunes definiu da seguinte maneira:

[...] são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo que o capitalista obrigou o operário a exercer.²³

Sabemos que a ditadura militar que tomou conta da política brasileira durante vinte e um anos, foi responsável pelo esfacelamento da organização sindical e que, somente a partir do fim da década de 70 com as greves do ABC paulista é que o sindicalismo voltou a ganhar força. No entanto, talvez pelo tempo em que ficou reprimido, pela necessidade de lutar contra anos de censura e pelo desgaste da estrutura militar que governava o Brasil, as organizações sindicais ressurgiram como a fênix, fortes e embora não muito bem articulados, com uma necessidade e vontade de se fazer ouvir.

Como não havia uma organização dos educadores bem articulada no Brasil, foi em São Paulo que começaram a surgir os primeiros indícios desse movimento.

²³ ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985, p. 13.

Os professores atuaram como uma espécie de “vanguarda do movimento dos servidores públicos e das classes médias em geral, semelhante ao papel desempenhado pelos metalúrgicos do ABC e da Oposição Metalúrgica de São Paulo com relação ao conjunto do movimento operário sindical.”²⁴

Durante as décadas de 70 e 80 a classe dos professores passou a sofrer um desgaste, tanto pelos salários desvalorizados, diminuindo consideravelmente o poder aquisitivo dos docentes, como pelas condições de trabalho a que os educadores brasileiros e muitos ainda são expostos, com total desrespeito. A idéia de que o magistério é um sacerdócio soa suave aos ouvidos daqueles que consideravam a educação um investimento menos importante que segurança por exemplo. Conforme Souza, a organização sindical dos docentes, *tem se pautado pela construção de um sindicalismo classista e de massas, que compreende o professor como integrante da classe operária e se apóia na sua consciência como assalariado em processo de proletarização*²⁵.

No Rio Grande do Norte não foi diferente. Já no governo José Agripino o professor enfrentava uma situação caótica em sua profissão. Não havia um comprometimento nem com a qualidade nem com um plano de carreira para a classe. Nas greves que ocorreram nos anos de 1985, 1986 e 1988, ainda sem a existência do SINTE, apesar de uma participação efetiva da classe, não existiu uma entidade única que pudesse representar os educadores como uma comunidade, uma classe maciça em busca de seus direitos trabalhistas e principalmente, de respeito o quanto profissionais.

A Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN), foi fundada em 4 de dezembro de 1920 e durante a sua trajetória, desvencilhou-se do mero assistencialismo e objetivo

²⁴ NOGUEIRA, Arnaldo J. F. Mazzei. Emergência e crise do novo sindicalismo no setor público brasileiro. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 53.

²⁵ SOUZA, Aparecida Néri. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In: LEITE, Marica de Paula (Org). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papirus, 1997, p. 115.

recreativo de outras associações espalhadas pelo país. Prestando um excelente serviço a sociedade do Rio Grande do Norte e acabou desenvolvendo:

um “Programa Educativo” viabilizado pela construção e manutenção de escolas na capital e no interior do Estado; pela criação de caixas escolares para atender aos alunos mais pobres, por sua constante preocupação com a “formação docente”, além de não esconder das autoridades públicas e da sociedade norte-rio-grandense as difíceis condições de trabalho que os professores enfrentavam nas longínquas e pobres comunidades ou municípios fronteiriços.²⁶

A partir do golpe militar, a Associação dos Professores começou a perder força, passando a ficar afastada do cotidiano do professor e principalmente durante a década de 70, quando aumentou a demanda de mão-de-obra e boa parte da equipe que compunha os quadros do estado, eram pessoas contratadas por meio de contratos temporários. Sobre isso, Nascimento afirma:

se acentua no decorrer dos anos setenta, quando a expansão da rede pública estadual de ensino que se eleva aumentando a demanda dos professores [...] Porém, devido a incapacidade da Associação defender os interesses de classe do professorado e por haver entre os novos admitidos, um elevado número de professores prestadores de serviço – sendo estes portadores de contrato temporário e, por isso, impedidos de tornarem-se membros do quadro de associados da APRN-, além dos que não estavam nesta condição, mas não demonstravam interesse em se associar, fez aumentar o isolamento político e social dessa entidade.²⁷

A reversão dessa realidade só começou a ocorrer no início da década de 80 a partir de uma nova diretoria que se engajou na APRN e passou a se colocar como real representante da categoria. No ano de 1979 uma greve geral foi deflagrada no estado, em consonância com a Confederação dos Professores do Brasil. A principal liderança desse movimento no estado era o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Manuel Barbosa de Lucena. Entre as

²⁶ NASCIMENTO, Letácio Fonseca do. *As lutas do movimento docente e a formação de professores: a APRN em questão*. 2001. Dissertação Natal: (Mestrado em Ciências Sociais) UFRN, p. 53.

²⁷ NASCIMENTO, Letácio Fonseca do. Op. cit., p. 67.

principais reivindicações estavam o repasse de perdas salariais variantes entre 200% e 300%, entre os anos de 1964 e 1979. Mas o movimento retrocedeu uma vez que na constituição da época não se permitia greve no serviço público e com isso, sem uma atuação forte da APRN o movimento fracassou.

Ainda sobre a greve de 1979, é importante analisar a ação dos professores.

Adotaram a estratégia de comparecerem às escolas, assinarem o livro de ponto e não darem aulas, e, em seguida, concentrarem-se na sala dos professores de cada escola – ou seja, parar as atividades dentro do local de trabalho -, numa representação categórica da influencia que exerceu a greve dos metalúrgicos do ABC paulista (1978) sobre outros segmentos de trabalhadores, em especial dos setores burocráticos e de serviços.²⁸

Dessa forma já podemos observar na APRN características de sindicato, mesmo sem ser na realidade. O Mutirão²⁹, título dado a um grupo que tentava assumir o comando da APRN desde 1982, deu a instituição um caráter mais agressivo e moderno no que diz respeito a forma de enfrentamento do governo para atingir os objetivos da categoria. A gestão desse grupo se estendeu até 1988 e devido as lutas encabeçadas por ele e as conquistas adquiridas³⁰, foram reeleitos, sendo este também os responsáveis pela transição para o SINTE.

²⁸ NASCIMENTO, Letácio Fonseca do. *As lutas do movimento docente e a formação de professores: a APRN em questão*. 2001. Dissertação Natal: (Mestrado em Ciências Sociais) UFRN, p. 110.

²⁹ O grupo intitulado de Mutirão era formado por: Manuel Júnior Souto de Souza, Mariana Guimarães, Leonor Santiago, Manuel Araújo, Nadir Silva, Gilson Matias, Francisco das Chagas Fernandes, Marlene Araújo, Fernando Lopes, Manuel Barbosa de Lucena, Fernando Mineiro, Olavo Ataíde, Gratuliano A. da Silva, Lúcia Melo, Eudes Cabral, Jeci Bulhões, Lailson de Almeida, Cleydson de Lima, Lúcia Santos, Consuelo de Sena, Maria Rodrigues, Roberto Cabral, Jorge Araújo, etc.

³⁰ Entre as conquistas adquiridas durante a gestão do “Mutirão”, merecem destaque, a reformulação do Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério.

2.2 A formação do SINTE – RN.

A organização do Sindicato dos Educadores do Rio Grande do Norte se deu em duas etapas. A primeira em setembro de 1989, nos dias 01 e 02, para transformar a APRN em SINTE³¹ e a segunda em outubro, do dia 24 ao dia 27. Neste segundo congresso o objetivo foi de unificar as diversas entidades existentes, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN); Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Norte (ASSOERN); Associação dos Professores de Mossoró (APM); Associação dos Educadores do Magistério Estadual de Caicó (AEMEC); Associação dos Supervisores Educacionais do Rio Grande do Norte (ASSERN) e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Norte (SINSPE).

Nascido do anseio de fomentar a unidade da luta dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Rio Grande do Norte o SINTE-RN foi fundado em 02 de setembro de 1989, com sede na cidade do Natal, como fruto da unificação das associações: Associação dos Professores do Rio Grande do Norte - APRN, Associação dos Professores de Mossoró - APM, Associação dos E M E - AEMEC, Associação dos Supervisores Educacionais do Rio Grande do Norte - ASSERN, Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Norte - ASSOERN e Associação Northeriograndense - ANPAE.³²

A formação do SINTE representava para a categoria a possibilidade dela ser vista de forma corporativista, unificada, de acordo com o que está escrito na ata do congresso para a criação do órgão:

Aberto o debate, fazem uso da palavra os professores: Luís Soares que comenta sobre a importância jurídica do sindicato; Fernando Mineiro, sobre o aspecto fundamental da transformação das Associações de Servidores em Sindicatos, que, para ele, se constitui na

³¹ Fonte: Ata de transformação da associação de professores do Rio Grande do Norte – APRN em sindicato.

³² http://www.sinte-rn.org.br/sinte/institucional/quem_somos/index.asp

ruptura da concepção de que funcionário público não é trabalhador, e sim, servidor, o que contribui para a quebra do corporativismo.³³

O SINTE-RN é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), representante da maioria dos sindicatos do Brasil; a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que representa e organiza a luta de todos os trabalhadores em educação do ensino fundamental e médio em nível nacional e ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

Desde sua fundação e durante oito anos, o Sindicato ficou sob o comando de um grupo que teve um envolvimento junto a categoria estudantil dos anos de 1970 e conseqüentemente a formação do Partido dos Trabalhadores, tendo como primeiro presidente o professor Manuel Júnior Souto de Souza, como vice-presidente o professor Francisco das Chagas Fernandes e a Primeira Secretária a Professora Maria de Fátima Bezerra. Tanto Júnior Souto como Fátima Bezerra assumiram cargos eletivos na política do Rio Grande do Norte. Daí podemos atestar a força da categoria, elegendo aqueles que seriam os seus representantes.

Depois de oito anos funcionando a partir de um sistema presidencialista, o SINTE passou a ser dirigido por um colegiado, formado por um Conselho Diretor. Destes, vinte e cinco membros são titulares, existem quatro suplentes de direção e um Conselho Fiscal com três membros titulares e três suplentes, que entre si designam o coordenador.

Hoje o SINTE-RN é considerado a maior base sindical do estado com 15 regionais situadas em Ceará Mirim, João Câmara, Macau, Umarizal, Santa Cruz, Apodi, Nova Cruz, Assu, Mossoró, Currais Novos, Caicó, Pau dos Ferros, Angicos, São Tomé, São José de Mipibú e Touros. Além de aproximadamente 20 (vinte) núcleos municipais espalhados em todo o estado, no qual representa os trabalhadores de educação, tais como: professores, técnicos nível D, técnicos de nível superior, orientadores e supervisores educacionais e

³³ Ver em anexo a fotocópia da ata de criação do SINTE-RN.

auxiliar de serviços gerais, enfim todos os Trabalhadores em Educação Pública do Estado do RN, em atividade nas redes municipal e estadual de ensino da educação básica (infantil, fundamental e médio), ativos e aposentados, excetua-se os trabalhadores em educação da rede municipal que estejam representados por outros sindicatos.³⁴

³⁴ Fonte: http://www.sinte-rn.org.br/sinte/institucional/quem_somos/index.asp

3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO RIO GRANDE DO NORTE

3.1 Formação do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte

O Partido dos Trabalhadores (PT), em nível nacional, surgiu como idéia, pois ainda não havia sido oficializada a sua atuação no sistema político brasileiro em meados do final da década de 1970, decorrente do lento processo de abertura política do Brasil e é evidente que começou a ser organizado junto às lutas sindicais que se desenrolaram no estado de São Paulo neste mesmo período. O PT foi fundado com um viés socialista democrático, se opondo a União Soviética socialista, passando assim a adquirir um caráter político de reformas. A ditadura militar reprimiu com veemência os movimentos sindicais que pudessem colocar em cheque o que era chamado de “ordem nacional” e somente no fim da década de 1970 foi que ressurgiu um movimento trabalhista organizado, cuja grande expressão foram as greves do ABC paulista.

[...] a possibilidade de uma reorganização do movimento trabalhista de forma livre da tutela do Estado, projeto este expresso na criação da CONCLAT (Conferência das Classes Trabalhadoras), que viria a ser o embrião da CUT, fundada três anos após o surgimento do PT. Originalmente, este novo movimento trabalhista buscava fazer política exclusivamente na esfera sindical; no entanto, a sobrevivência de um sindicalismo tutelado - expressa na reconstrução, na mesma época, do antigo CGT, agora com o nome de *Confederação Geral dos Trabalhadores*, congregando lideranças sindicais mais conservadoras, como as de Joaquinzão e de Luis Antônio de Medeiros - mais a influência ainda exercida sobre o movimento sindical por lideranças de partidos de Esquerda tradicionais, como o Partido Comunista Brasileiro, forçaram o movimento sindical do ABCD, estimulado por lideranças anti-stalinistas da Esquerda, como a de diversos grupamentos trotskistas, a adquirir identidade própria pela constituição de partido político - uma estratégia similar à realizada pelo movimento sindical Solidarność na Polônia comunista.³⁵

³⁵ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores

Concentrando-se apenas nas questões ideológicas do surgimento do Partido dos Trabalhadores a nível nacional, uma vez que já foram destacados outros pontos relevantes no nosso primeiro capítulo, podemos dizer que o PT surgiu com a idéia de colocar em prática uma nova forma de socialismo democrático, o que não foi fácil, mesmo tendo um caráter menos radical comparando-se ao socialismo existentes em outros países. Prova disso é o fato de que apenas em 11 de fevereiro de 1982, o partido foi reconhecido pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.³⁶

A nível estadual, já nos últimos anos da década de 1970 começaram a brotar desejos da implantação de um diretório do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte.

Em fins da década de 70, no RN, já circulavam as notícias de que “algo diferente estava acontecendo em São Paulo”, que um partido “só de trabalhadores” estava para ser fundado. Estas notícias embalavam a curiosidade e a esperança de vários sindicalistas e militantes de esquerda – em geral, polarizados pelas organizações de esquerda clandestina, os quais, de maneira dispersa, atuavam em alguns poucos sindicatos urbanos e rurais; no interior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos movimentos estudantil e docente; e em alguns organismos de base da Igreja Católica.³⁷

Desta forma, com o que vou chamar de inspiração ideológica, no Rio Grande do Norte passaram a ocorrer às primeiras reuniões como tentativa de fundação do PT no estado. Mas para isso era necessária uma atuação no interior visando à formação de uma estrutura que atingisse as áreas extra capital, pelo fato de que a Lei Orgânica dos Partidos colocava uma limitação mínima de organização do Partido dos Trabalhadores em outros municípios.

A difusão da proposta do partido no interior do Estado inicia-se por intermédio de algumas lideranças partidárias de então, que levam a discussão aos trabalhadores sob

³⁶ Fonte: Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

³⁷ AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 104.

influência da Igreja, ou onde havia alguma organização sindical rural. Exceção deve ser assinalada em relação à Mossoró, onde o PT se organizou a partir, também, da incorporação de militantes que tentavam reconstruir o clandestino PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e haviam fundado o MDB no município.³⁸

Uma grande ação em prol do PT passou a ser realizada pelos seus militantes, pois se tornou comum à ida destes ao interior do estado com o intuito de formar os primeiros grupos de atuação para o Partido. Esse tipo de ação por si só já diferenciava o Partido dos Trabalhadores dos demais que haviam surgido no Rio Grande do Norte até aquele momento. Tudo parecia ser feito com extremo empenho e dedicação indo muito além dos interesses políticos, mas chegando a ser a manifestação, o desejo de pessoas que se colocavam a disposição de e por uma ideologia. Prova disso também seria o empenho de se mandar representantes locais para o encontro que se realizou em São Paulo no ano de 1980, quando na ocasião se discutia a formação e estruturação do PT a nível nacional. O Rio Grande do Norte mandou seus representantes e é importante destacar que isso só fez a partir da boa vontade de seus militantes, principalmente através de cotas.

Começou a surgir no Rio Grande do Norte um partido formado por trabalhadores, mas que não havia surgido exatamente de uma luta de trabalhadores, como foi o caso das greves do ABC paulista. Mesmo assim é notório o esforço dos grupos políticos maiores do PT para ampliar a entrada e aceitação junto aos trabalhadores rurais. *Os líderes do partido dizem estar mais interessados em desenvolver a penetração do Partido nos sindicatos rurais – e depois disso, nos do meio urbano*³⁹. A ampla presença dos trabalhadores rurais na formação do PT é atestada pelo mesmo jornal, *Tribuna do Norte*, quando fala da pré-convenção do Partido, quando teria ficado

³⁸ AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 105.

³⁹ Fonte: *Tribuna do Norte*. 03 de agosto de 1980.

decidido que o diretório regional seria constituído por trinta e quatro membros, sendo que destes, dez eram de Natal e quatro eram de Mossoró, enquanto os outros seriam escolhidos pelos municípios⁴⁰. Nesse processo de construção e implantação do PT no Rio Grande do Norte as forças que vinham dos mais diferentes seguimentos; desde a Igreja que muito influenciou algumas lideranças a abrir este debate com lideranças sindicais rurais, até trabalhadores urbanos como bancários, comerciários, trabalhadores da construção civil e professores da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN). Ainda existiu uma outra dificuldade para os voluntários do PT, a inexperiência em ajudar na constituição de um partido que não havia herdado as bases do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), respectivamente o PMDB e o PDS.

Em relação às primeiras lideranças do Partido dos Trabalhadores e a preocupação em colocar pessoas ligadas as lutas populares, encontramos no livro de Alessandro Augusto de Azevêdo:

[...] em 29 de março de 1980, realizou-se, no ITEPAN (Instituto Teológico e Pastoral de Natal), o 1º Encontro Estadual dos militantes Pró-PT, do RN, no qual se elege a primeira Coordenação Regional, formada por Rivaldo Fernandes Pereira, Cícero Gomes Correia, Aldemira Araújo Martins, Aldemir Lemos, Elisiel Barbosa da Silva, Afonso Ligório Alves de Albuquerque e Lizete Cunha de Sousa. A preocupação com a representatividade social e política desta Coordenação pode ser aferida pelos folhetos elaborados pela Comissão Organizadora do Encontro, nos quais se orientava que a eleição da Coordenação Regional deveria obedecer os seguintes critérios e procedimentos: os eleitos deveriam estar ligados ao movimento popular, considerados como tal as oposições sindicais, os movimentos de bairro, comunidades de base, além das entidades profissionais e estudantis, e terem militância no movimento de construção do PT, comprovada pela plenária.⁴¹

⁴⁰ *Tribuna do Norte*. 03 de agosto de 1980.

⁴¹ AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política*

O Partido dos Trabalhadores encontrava uma outra dificuldade em sua caminhada inicial, a financeira. Desde a realização de cotas para conseguir mandar representantes até São Paulo em uma conferência nacional do partido, até para a realização de comícios, como o que contou com a participação do líder sindical e petista, Luís Inácio da Silva. Portanto, podemos entender que os militantes do PT tinham muito mais o que depositar na consolidação de seu partido do que um simples interesse político. Aquele era um momento de ideologias exacerbadas e o sentimento de necessidade de representação de classes que queriam ser escutadas. Outras dificuldades nos são apontadas por Alessandro Augusto de Azevêdo:

[...] em primeiro lugar, a precariedade estrutural do partido, dependente das contribuições voluntárias individuais de seus poucos filiados. Em segundo, inexistia, na época, na grande maioria dos municípios os chamados movimentos sociais “vivos”; ou seja, espaços coletivos de alcance massivo que se constituíssem como alteridades alternativas às lideranças políticas tradicionais locais. Em terceiro lugar, o partido não tinha representantes nos legislativos municipais, estadual e federal, nem em qualquer executivo municipal, no Estado, o que dificultava a inserção do partido nas disputas quotidianas da arena da chamada “grande política”. Por fim acresce-se a tudo isso falta de acompanhamento sistemático, por parte da direção estadual do partido, ao desenvolvimento político e organizacional dos diretórios dos municípios do interior.⁴²

Com todas as dificuldades existentes o PT lançou candidato ao governo do estado nas eleições de 1982. Essa candidatura é bem verdade, não foi o que podemos chamar de sucesso, mas foi o início de uma caminhada que buscava despertar no trabalhador, fosse urbano ou rural, à vontade e necessidade de se fazer representar no governo do estado ou na Assembléia Legislativa. Para isso utilizava uma linguagem popular e regionalista, de forma que pudesse essa chegar rápido e fácil até a população mais humilde, proletária. O resultado para governo do estado do Rio Grande do Norte ficou da seguinte maneira: José Agripino Maia com 389.924

⁴² AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRRN, 2000, p. 109.

votos, disputando pelo PDS; Aluizio Alves com 283.572, candidato do PMDB; pelo PT, o candidato Rubens Lemos com 3.207 votos e Vicente Cabral do PTB com 441.⁴³

O que acabou sendo decepcionante nesse primeiro embate do PT no Rio Grande do Norte foi o fato de que o número de votos obtidos pelo partido acabou sendo inferior ao número que acreditavam ter de militantes. Segundo panfleto do próprio partido, a partir de uma análise feita pelo diretório estadual em 8 e 9 de janeiro de 1983, temos:

O número de votos obtidos esteve muito aquém do esperado, visto que o PT não conseguiu eleger qualquer candidato a qualquer dos cargos eletivos. Chega-se mesmo a localizar uma possível contradição entre o número de filiados, militantes e simpatizantes e aquele apresentado pelo TRE, este último aparentemente inferior ao que se supunha estar contido no primeiro caso.⁴⁴

Das eleições de 1982 para as de 1986, podemos observar um crescimento do PT. Embora tenha se tratado de um crescimento tímido, mas em quatro anos acenava com uma possibilidade real de aceitação do partido pela população e é claro que a participação dos grupos sindicais, estimulada pelos diretórios, contribuiu para isso. No resultado para o governo do estado em 1986, houve um crescimento de 3.207, representando 0,4 % dos votos válidos, para 5.293, correspondendo a 0,5 % dos votos validados. Também existiu um crescimento na votação para Senador, com o percentual de 0,78 % e deputados federal e estadual, com 0,6 % e 0,7 % respectivamente.⁴⁵

Em relação à disputa eleitoral para o governo do estado em 1986 é importante destacar que o PT lançou candidatura própria, sem a realização de alianças e isso foi crucial para o resultado ainda insatisfatório, pois bateu de frente com a polarização de dois grupos, os Maia e os

⁴³ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN.

⁴⁴ Fonte: Panfleto do Partido dos Trabalhadores. 1983, p. 02.

⁴⁵ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN.

Alves, respectivamente apoiando João Faustino e Geraldo Melo. No caso da candidatura de Geraldo Melo é possível observar que durante a campanha até foi exercitada uma aproximação com as classes de trabalhadores mais diversas, como foi o caso com os professores durante suas assembléias, que naquele momento rivalizavam com o governo de Radir Pereira de Araújo, o qual, junto a Agripino Maia, apoiava o principal opositor de Geraldo. Portanto, não é difícil imaginar que inclusive uma parte dos professores acreditaram nas promessas de “Novos ventos, novos tempos”, alargada pela chapa encabeçada pelo PMDB.

3.2 Fortalecimento do PT no Rio Grande do Norte

Pela ausência de eleições até 1988, após a campanha eleitoral de 1986 teve início no PT do Rio Grande do Norte um período de reestruturação, de reorganização. Essa fase foi extremamente necessária para que a militância passasse a se dedicar mais profundamente aos movimentos sindicais, fazendo com que as categorias começassem a semear um espírito reivindicatório. Como essas lideranças sindicais estavam ligadas ao partido, foi feita uma associação imediata a novas possibilidades de votação.

E é nesse processo de intensas mobilizações e lutas sociais – a maioria delas articuladas às lutas de caráter nacional, como as greves gerais nacionais encaminhadas pela CUT e demais centrais sindicais – que algumas das mais expressivas lideranças locais do PT, inseridas no apoio e na organização desses movimentos, se credenciaram como autênticas e legítimas lideranças de suas respectivas categorias, conquistando uma visibilidade pública equivalente ao peso social e político alcançado pela categoria.⁴⁶

⁴⁶ AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 146.

A legalização do PT se deu em 1987 e já um ano depois passava por uma espécie de teste; até porque naquele momento o partido havia passado por uma reconstrução a nível estadual. Nas eleições que transcorreram depois disso merecem destaques os resultados nas cidades de Pedra Grande, Nísia Floresta, Montanhas e Janduís, nessa última elegendo o prefeito e a maioria dos vereadores da Câmara Municipal.

Na capital, o candidato Fernando Mineiro foi eleito e isto simbolizava muito mais do que a eleição de um candidato representante de um partido que se dizia independente.

A vaga na Câmara Municipal de Natal, conquistada pelo PT [...], foi ocupada por Fernando Mineiro, terceiro mais votado candidato a vereador [...] e teve um valor simbólico ainda maior, dado que a sua trajetória pessoal confundia-se com o surgimento recente de um conjunto de atores sociais que alargaram o espaço da política no Estado [...]. Saído da universidade para trabalhar como professor da rede pública estadual de 1º e 2º graus participou das lutas da categoria e integrou a chapa de oposição que conquistou a APRN, em 1985, vindo a ser escolhido, em 1987, secretário-geral da CUT local.⁴⁷

Apesar de muito jovem na época lembro-me de alguns comentários, quando acompanhava pessoas da minha família as assembleias da categoria, cuja maioria se realizava na Escola Estadual Winston Churchill. Era muito comum escutar comentários dos professores envolvidos na greve de 1988 que se fazia necessário eleger um candidato que pudesse representá-los na câmara de vereadores, no poder legislativo municipal. Dessa forma, Fernando Mineiro representava mais que um candidato de boa índole para essa classe trabalhadora que o elegeu, ele representava a única chance, pelo menos até aquele momento, para os trabalhadores que nele votaram, de um político que passasse a lutar pelos direitos daquele grupo. De certa maneira a eleição de Fernando Mineiro representou uma resposta, principalmente da categoria dos professores ao então governador Geraldo Melo que atuou de forma autoritária contra a greve dos

⁴⁷ AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 149.

educadores de 1988, primeiro sem abrir uma possibilidade de diálogo clara e civilizada com as entidades que representavam a categoria e utilização da força policial que em alguns momentos atuou de forma agressiva contra os manifestantes.

3.3 Anos 90: o crescimento continua

A eleição presidencial de 1990 representou um crescimento significativo do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Isso não pode ser constatado apenas por causa da participação do então candidato à presidência, Luís Inácio da Silva⁴⁸ no segundo turno, mas principalmente por causa da vitória dele em algumas capitais. No Rio Grande do Norte, a campanha presidencial representou muito mais que uma vitória de Lula a nível estadual, representou um crescimento na crença de credibilidade do Partido dos Trabalhadores. Dessa maneira não demorou muito para que ocorresse uma ampliação de representantes da classe dos professores em outras esferas do poder legislativo.

O professor Júnior Souto foi eleito deputado estadual em 1989 e passou a dividir com Fernando Mineiro a responsabilidade de representar e lutar pelos direitos, principalmente dos professores, pois esses teriam sido diretamente os responsáveis pela eleição de ambos. Com isso o PT local conseguiu dar um importante passo no que diz respeito a tentar manter viva a chama de uma possível liderança petista a nível nacional e ainda, graças também a boa votação do médico Salomão Gurgel como candidato ao governo do estado, uma liderança na capital.

Tanto Fernando Mineiro quanto Júnior Souto foram participantes ativos no sindicato dos professores, desde a época da APRN e esse sentimento de proximidade com os candidatos

⁴⁸ O nome do atual presidente do Brasil como Luís Inácio da Silva, sem o nome Lula porque este, nessa época, não havia sido incorporado ao seu nome completo.

parecia fazer com que os professores acreditassem não estar votando apenas em mais um que fazia promessas e sim, em alguém que estava muito próximo de sua realidade, que havia participado das mesmas lutas, um amigo, um “companheiro”, como se identifica em expressão bastante usada pelos políticos do Partido dos Trabalhadores em todo o país, pelo simples fato de que o partido nasceu e cresceu em meio às lutas sindicais e sociais. Seriam então, todos companheiros de luta.

Em 1994 foi a vez de ser eleita uma outra representante da categoria dos professores, foi a deputada estadual Fátima Bezerra que naturalmente, pela sua atuação na assembléia legislativa, a credenciou a lutar por um lugar a frente da prefeitura de Natal. Talvez tenha sido em 1996 a maior chance que o PT teria tido para conquistar o comando de uma importante parte da política local, a prefeitura de Natal.

Eu acho que a maioria dos analistas políticos e até companheiros da militância no PT não acreditavam na possibilidade de nossa eleição em 1994. Enfrentamos situações que não dá nem para relatar. Foi uma campanha paupérrima e heróica. Muitas vezes, tinha que desmarcar compromissos no interior porque não tínhamos dinheiro para viajar, nem de ônibus. Passei fome, fiquei no meio da estrada com carro quebrado. Quando conseguíamos fazer os panfletos de campanha, era uma alegria enorme, e nós sabíamos que tinham que ser distribuídos com cuidado para não acabar logo. As campanhas de 94 e 96 foram as mais emocionantes. Uma pelo sacrifício e vitória, e a outra pela paixão da militância. Vivi situações que jamais esquecerei.⁴⁹

O mais interessante em analisar esse pleito político de 1996 é que a candidata Fátima Bezerra juntamente com toda a sua equipe de campanha, conseguiu extrapolar as barreiras da previsibilidade. As palavras da candidata citadas acima são extremamente adequadas para esta ocasião, pois a campanha para prefeito de Natal foi tomada de um sentimento de paixão. Naquele momento a candidata Vilma Maria de Faria tentava voltar a comandar a prefeitura depois de um

⁴⁹ Fonte: http://www.fatimabezerra.com.br/n_perfil.asp.

fiasco, sobretudo do ponto de vista administrativo, do prefeito Aldo Tinoco, que havia sido indicado por ela mesma em 1992. O fato é que a candidata Vilma já havia se desligado de Aldo Tinoco há alguns anos e isso era colocado em sua campanha política como sendo um reconhecimento de ter errado na indicação. Em contrapartida a campanha petista utilizava disso para evidenciar uma certa mobilidade ideológica da candidata. Com um primeiro turno acirrado, os três candidatos que disputavam a vaga para segundo, Vilma, João Faustino e Fátima Bezerra, obtiveram uma diferença muito estreita. No fim, pela primeira vez na história política da cidade, duas mulheres iriam disputar o cargo de prefeita. Após um segundo turno emocionante e com um sentimento apaixonante, principalmente pelos militantes do PT que chegavam a comprar bandeiras, camisetas, botons e tantas outras coisas e também a pagar inclusive o combustível utilizado em carreatas, coisa que não é visto em campanhas que contam com a força política e financeira, para financiar a campanha da candidata Fátima Bezerra, a vitória da candidata Vilma de Faria se deu por pouco mais de 3% dos votos.

Representando o sistema da situação tivemos como candidato o deputado João Faustino. Pela oposição, tivemos as candidatas Vilma de Faria, que representava o outro lado forte da política local, e Fátima Bezerra que, pela classe trabalhadora, fazia surgir uma nova força eleitoral nascida fora do controle dos dois grupos dominantes da política local. A disputa no segundo turno se deu entre as duas candidatas da oposição, já que o candidato da situação absorvera todo o desgaste da administração do então prefeito, não conseguindo, por uma pequena margem de votos, chegar à disputa final. O resultado da apuração dos votos foi favorável à candidata Vilma Maria de Faria, que saiu vitoriosa, tendo como vice-prefeito, Marcílio Carrilho.⁵⁰

Para os petistas da capital ficou uma sensação de jogo quase ganho; como se tivessem acertado a bola na trave em uma partida de futebol. Mas essa campanha para prefeito fechou um ciclo de uma década, que acabou sendo suficiente para atestar o crescimento e a força das classes

⁵⁰ MORAIS, Marcus César Cavalcanti de. *Retrato narrado da cidade do Natal*. Natal: Sergraf, 1999, p. 122-123.

trabalhadoras e principalmente dos professores que se engajaram para a eleição de seus representantes.

CONCLUSÃO

O término desse trabalho acerca do surgimento do Sindicato dos Educadores do Rio Grande do Norte e sua participação na política do nosso estado, veio me trazer inúmeras conclusões.

Inicialmente a de que a transição do regime militar para o regime dito democrático trouxe para o povo brasileiro uma sensação de confiança em dias melhores. Como esses “dias melhores” não chegaram, ficou uma necessidade de lutar pelos objetivos de se ter um trabalho decente e respeitado. Compreendi também o quanto as questões políticas no Rio Grande do Norte, neste período, foi uma disputa ferrenha entre os Alves e os Maia e que os professores acabaram ficando neste fogo cruzado, sendo vítima do interesse de alguns, inclusive do então candidato na época ao governo do estado, Geraldo Melo, que, ao se eleger tomou atitudes extremamente autoritárias contra as manifestações dos professores.

Portanto, chego à conclusão de que foi essencial o papel da APRN que depois passou a se chamar SINTE-RN, na luta dos professores por dignidade e que essa participação maciça e ativa dos membros da direção do sindicato, acabou os credenciando para representar a classe através das eleições que se deram a nível municipal e estadual, elegendo representantes de destaque em um período de dez anos, suficiente para o crescimento considerável do PT no Rio Grande do Norte.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

ATA de transformação da associação de professores do Rio Grande do Norte – APRN em sindicato.

TRIBUNA DO NORTE, agosto 1980.

PANFLETO do Partido dos Trabalhadores. 1983, p. 02.

Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, 1982.

Tribunal Regional Eleitoral/RN, 1986.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979 – 1990)*. Natal: EDUFRN, 2000.

MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934-1990)*. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro; 1964 – 1985*. São Paulo: Atual, 1998.

NASCIMENTO, Letácio Fonseca do. *As lutas do movimento docente e a formação de professores: a APRN em questão*. 2001. Dissertação Natal: (Mestrado em Ciências Sociais) UFRN.

NOGUEIRA, Arnaldo J. F. Mazzei. Emergência e crise do novo sindicalismo no setor público brasileiro. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NORONHA, Eduardo, JR., Armando Boito (Org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti de. *Retrato narrado da cidade do Natal*. Natal: Sergraf, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins, JR., Armando Boito (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANDRI, Adriano. *Sindicalismo em tempo de qualidade total*. Belo Horizonte: Sindieletro, 1994.

SILVA, Francisco de Assis. *História Século XX: a caminho do terceiro milênio*. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

SOUZA, Aparecida Néri. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In: LEITE, Marica de Paula (Org). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1997.

VIANNA, José de Segadas. *Greve*. Rio de Janeiro: Renovar, 1986.

V:4 Depoimentos. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Política Editora, 1986.

Sites visitados

SINDICATO dos Metalúrgicos do ABC. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/mostra_materia.asp?id=2>. Acesso em: 28 out 2006.

SINDICATO dos educadores do Rio Grande do Norte. Disponível em: http://www.sintern.org.br/sinte/institucional/quem_somos/index.asp. Acessos em: 30 nov 2006.

WIKIPEDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores>. Acesso em: 2 nov 2006.

FÁTIMA Bezerra. Disponível em: <http://www.fatimabezerra.com.br/n_perfil.asp>. Acesso em: 15 nov 2006.

ANEXO

ativa constitucional. Aberto o debate, fazem uso da palavra os professores: Luis Soares que comenta sobre a importância jurídica do Sindicato; Fernando Himeiro, sobre o aspecto fundamental da transformação das Associações de Servidores em Sindicatos, que, para ele, se constitui na ruptura da concepção de que funcionário público não é trabalhador, e sim, servidor, o que contribuiu para a quebra do corporativismo; Fernando Soares, sobre o ascenso dos trabalhadores em geral, bem como o salto de qualidade dos trabalhadores em educação do RN; o professor Vanduí Guedes, acerca da importância da unificação dos trabalhadores em educação a nível lo-

Fragmento retirado da Ata de Formação do SINTE-RN.
(Conferência realizada no 2 de setembro de 1989)